MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO
(Es Apl Sv Sau Ex / 1910)

1º Ten Alu ACÁCIO **RODRIGUES** DE ALMEIDA

OS MILITARES DE SAÚDE FRENTE ÀS CATÁSTROFES NO BRASIL

Rio de Janeiro
2019

1º Ten Alu ACÁCIO **RODRIGUES** DE ALMEIDA

OS MILITARES DE SAÚDE FRENTE ÀS CATÁSTROFES NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde, pós-graduação *lato sensu*, em nível de Especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientadora: Cap Miriam **Kemper**

Rio de Janeiro
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

A 447m Almeida, Acácio Rodrigues de.
Os militares de saúde frente às catástrofes no Brasil / Acácio Rodrigues de Almeida – 2019.
20 f.
Orientadora: Capitão Miriam Kemper.
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, 2019.
Referências: f. 19-20.

1. ATIVIDADES MILITARES. 2. DESASTRES. 3. SAÚDE. I. Kemper, Miriam (Orientadora). II. Escola de Saúde do Exército. III. Título.

CDD 355

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

_____ _____

Assinatura Data

1º Ten Alu ACÁCIO **RODRIGUES** DE ALMEIDA

OS MILITARES DE SAÚDE FRENTE ÀS CATÁSTROFES NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientadora: Cap Miriam **Kemper**

Aprovado em 30 de Setembro de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

_____

Cap Miriam **Kemper**

Orientadora

_____

Cap Otávio **Augusto** Brioschi Soares

Avaliador

A minha querida filha,

Helena Damázio Rodrigues, por

todo amor e carinho!

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo apoio incondicional em minhas realizações profissionais e por toda demonstração de amor diariamente percebida.

Aos meus colegas do Curso de Formação de Oficiais por toda a camaradagem, incentivo e apoio.

A minha orientadora, Cap Kemper, pela dedicação, disponibilidade e ensinamentos.

RESUMO

O presente estudo aborda como as Forças Armadas (FA) e seu serviço de saúde agem nas situações de desastres e calamidades no Brasil, suas principais atuações e aspectos relevantes considerados no planejamento das ações de resposta. Para chegar ao objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos e publicações disponíveis em meio eletrônico e físico nos últimos trinta anos, através de uma abordagem qualitativa. A participação das FA em tais situações é definida por leis e portarias que regulamentam a sequência das ações a serem seguidas nos diferentes níveis de gestão, caso haja necessidade de utilização das FA em desastres no Brasil ou no exterior. O Sistema de Saúde do Exército é estruturado em 545 seções de saúde instaladas em organizações militares, com capacidade de atendimento nas mais diversas esferas. A força do Serviço de Saúde do Exército foi empregada em diversas situações de desastres no Brasil e no exterior, com notória participação no atendimento aos feridos no incêndio da Boate Kiss, em 2013, e no apoio ao Haiti após o terremoto ocorrido em 2010. Os fundamentos empregados nas ações de apoio do Exército à Defesa Civil são baseados naqueles empregados em operações convencionais da Força Terrestre, e incluem: Flexibilidade, Coesão, Capacidade de Comando, entre outros. Nos casos de desastres, o Ministério da Defesa avaliará a melhor estrutura a ser adotada a partir da avaliação da sua dimensão, e definirá as Forças Armadas envolvidas, a duração do apoio e suas necessidades de informações para acompanhamento. A possibilidade de situações de desastres faz com que os Estados tenham necessidade de prover condições que garantam uma estrutura para o seu enfrentamento, porém pouco é discutido na comunidade científica acerca das experiências vivenciadas pelos militares brasileiros em suas missões de apoio à Defesa Civil, o que torna necessário um maior investimento nas áreas de pesquisa.

Palavras-chave: Atividades militares. Desastres. Saúde.

ABSTRACT

This study discusses how the Armed Forces (AF) and its health service act in the event of disasters and calamities in Brazil, their main actions and relevant aspects considered in the planning of response actions. To reach the objective, a bibliographic review of articles and publications available in electronic and physical media over the last thirty years, through a qualitative approach. The participation of the AF in such situations is defined by laws that regulate the sequence of actions to be followed at the different management levels, in case there is need to use the AF in disasters in Brazil or abroad. The Army Health System is structured in 545 health sections installed in military organizations, with service capacity in various spheres. The Army Health Service force has been deployed in a variety of disaster situations in Brazil and abroad, with notable participation in assisting the injured in the Kiss Nightclub fire in 2013 and in supporting Haiti following the 2010 earthquake. The fundamentals employed in the Army's Civil Defense support actions are based on those employed in conventional Ground Force operations, and include: Flexibility, Cohesion, Command Ability, among others. In the event of disasters, the Ministry of Defense will assess the best framework to be adopted from its size assessment, and will define the Armed Forces involved, the duration of the support and their information needs for follow-up. The possibility of disaster situations makes States need to provide conditions that guarantee a structure for their confrontation, but little is discussed in the scientific community about the experiences of the Brazilian military in their missions in support of Civil Defense that makes greater investment in research areas necessary.

Keywords: Military activities. Disasters. Health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....8
2 DESENVOLVIMENTO.....9
2.1 METODOLOGIA.....9
2.2 DEFINIÇÃO DE TERMOS E CONCEITOS.....9
2.3 LEGISLAÇÕES.....10
2.4 ESTRUTURA DO SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS.....10
2.5 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM SITUAÇÕES DE DESASTRES.....11
2.6 EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NAS AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL.....14
3 CONCLUSÃO.....18
REFERÊNCIAS.....19

1 INTRODUÇÃO

Constituída pela Marinha, Exército e Aeronáutica, as Forças Armadas são instituições nacionais, permanentes e regulares, que têm como missão constitucional defender a Pátria, garantir seus poderes constitucionais, a lei e a ordem. No âmbito geral, cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República (BRASIL, 1999).

As Forças Armadas vêm progressivamente, ao longo dos tempos, atuando em conjunto com várias organizações, de níveis governamentais distintos, compondo, dessa forma, entidades interorganizacionais em desastres naturais e outras missões, complementando as suas capacidades e de outras organizações (ARAÚJO, 2013).

Segundo Kegler e Macedo (2016), destacou-se a atuação de profissionais das Forças Armadas no apoio ao Haiti após o terremoto ocorrido em 2010, a atuação nos desabamentos em 2011 na região serrana do Rio de Janeiro e, além disso, nas atuações não oriundas da força da natureza, como o incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria - RS, onde havia à disposição em torno de 1400 militares, dentre os quais se faziam presentes as equipes de saúde provenientes de hospitais militares.

De acordo com Franco (1997), os Estados devem garantir a segurança global de seus habitantes por meios de ações de Defesa Civil, que é um vetor que possibilita, através de ações sistemáticas e preestabelecidas, proteger a vida humana, bens públicos e privados. Ainda segundo Franco (1997), o Brasil possui características climáticas e sociais que ensejam a necessidade de manutenção de uma Defesa Civil forte: Inundações, secas, queimadas, bolsões de miséria, dentre outros.

No Brasil e no mundo, o aumento de emergências provocadas por desastres naturais decorrentes das mudanças climáticas vivenciadas, bem como o efeito cumulativo dessas ocorrências, têm aumentado o número de vítimas e de perdas econômicas (LOPES, 2016). Tais emergências evidenciaram a necessidade dos Estados proverem organizações para um atendimento efetivo e rápido, com garantia de esforços para obtenção de sucesso nas ações de resgate (DELGADO, 2018).

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação das Forças Armadas e do seu Serviço de Saúde nas situações de desastres naturais e calamidades no Brasil.

Identificar a forma como as Forças Armadas têm atuado no apoio aos desastres ocorridos no Brasil, suas principais características e peculiaridades, foi de fundamental

importância para a avaliação e planejamento de ações futuras, o que pode minimizar erros e aumentar chances de sobrevida para as vítimas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Para chegar ao objetivo do estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos e publicações disponíveis em meio eletrônico e físico nos últimos trinta anos, através de uma abordagem qualitativa. Os trabalhos que não se enquadraram nos anos pré-selecionados de 1989 a 2019 foram excluídos, assim como aqueles que após a leitura se verificou que não se referiam ao objetivo principal da presente pesquisa. No total foram recrutados 14 trabalhos, entre artigos, leis e portarias.

2.2 DEFINIÇÃO DE TERMOS E CONCEITOS

O Sistema de Defesa Civil vem acompanhado de diversas nomenclaturas e significados. O conhecimento dos diversos termos e conceitos tornam mais simples a compreensão das dimensões que englobam as diversas situações. O Manual Proteção e Defesa Civil em âmbito Local: Conceitos e Competências estabelece o conceito básico de Proteção e Defesa Civil como um conjunto de ações preventivas, assistenciais e destinadas à recuperação e reconstrução de áreas atingidas por desastres, com o objetivo de restabelecer a normalidade social (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2015).

Segundo a Defesa Civil, desastre pode ser definido como o "resultado de eventos adversos naturais ou provocados pelo homem sobre uma comunidade vulnerável, causando perdas materiais e humanas extensivas, e que exceda a sua capacidade de lidar com o problema utilizando meios próprios" (BRASIL, 2014).

Delgado (2018) conceitua catástrofe como um evento fatídico que altera a ordem natural das coisas, capaz de produzir grande destruição e dano, podendo ser provocado pelo homem ou através de forças da natureza. O autor conceitua ainda situações de emergências ambientais:

> São aqueles conjuntos de circunstâncias, gerados por efeitos do meio ambiente, nos quais ocorrem eventos naturais de grande magnitude, causando danos pessoais e materiais à sociedade e a todos os seus componentes, e devem ser tratados

> imediatamente, a fim de evitar danos e alcançar a preservação da vida humana e as condições básicas de bem-estar social (DELGADO, 2018, p. 21).

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (2015), Dano é uma medida que define a intensidade ou a gravidade de uma lesão provocada por um evento adverso. Podem ser classificados em três aspectos: humanos (desabrigados, desaparecidos, mortos); materiais (obras, prédios, habitações); e ambientais (poluição, degradação, desertificação).

2.3 LEGISLAÇÕES

A portaria normativa n° 1771, de 16 julho de 2014, aprova as diretrizes para o emprego e a atuação do serviço social das Forças Armadas em situação de emergência, desastres, calamidades públicas e ações humanitárias, no âmbito do Ministério da Defesa (BRASIL, 2014).

O emprego das Forças Armadas em apoio à Defesa Civil está em conformidade, ainda, com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, de 10 de abril de 2012, e com o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que dispõe sobre a constituição do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), do Ministério da Integração Nacional. Esse Sistema, constituído por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e por organizações públicas e privadas com participação significativa nas áreas de Proteção Civil, tem como objetivo contribuir no processo de planejamento, coordenação e execução de ações voltadas à Defesa Civil em todo o território nacional (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2015).

2.4 ESTRUTURA DO SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

A história do Serviço de Saúde nas Forças Armadas teve início com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. A partir do Decreto de 9 de fevereiro de 1808, o príncipe regente Dom João, nomeou o Frei Custódio de Campos e Oliveira para o cargo de Cirurgião-Mor dos Reais Exércitos e Armadas de Portugal e Brasil, sendo considerado, então, o primeiro Diretor de Saúde do Exército. Obstinado na missão, deu início à construção de Hospitais Militares nas mais diversas regiões do País, objetivando o controle sanitário da tropa (BRASIL, 2019a).

O Sistema de Saúde do Exército é estruturado em 545 seções de saúde instaladas em organizações militares. Entre elas, pode-se destacar 23 postos médicos de guarnição, quatro policlínicas militares, 15 hospitais de guarnição, 11 hospitais-gerais, um Hospital Central do

Exército, um Instituto de Biologia do Exército, um Laboratório Químico Farmacêutico do Exército e um Hospital de Campanha (BRASIL, 2019b).

Os Hospitais de Campanha - unidades hospitalares móveis, que reúne pessoal e equipamentos para prestar atendimento em áreas em que o apoio à saúde é vital, mas não está disponível - são equipados com a mesma infraestrutura de uma grande e moderna unidade de saúde. Pode ser dividido em área de triagem, emergência, enfermaria, centro cirúrgico e Unidades de Terapia Intensiva. Outros componentes possíveis são, ainda, seção de radiologia com equipamentos de raio-x e de ultrassonografia e laboratório para exames. Além disso, uma farmácia para distribuição de medicamentos e um banco de sangue para o processamento e distribuição de sangue (PELLINI, 2011).

O Sistema de Saúde da Marinha obedece a um modelo de autogestão e conta com uma rede nacional de Organizações Militares Hospitalares e Organizações Militares com Facilidades Médicas - local responsável pela assistência de saúde onde não há um hospital naval. O Serviço de Saúde da Marinha também se vale da utilização da rede de assistência à saúde do Exército e Aeronáutica, num tratado de reciprocidade entre as forças (ALMEIDA, 2017).

O Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) possui uma rede própria, composta de Hospitais de Força Aérea, Hospitais de Área, Hospitais de Base, Esquadrões de Saúde, Esquadrilhas de Saúde, Odontoclínicas, uma Casa Gerontológica e um Laboratório Químico e Farmacêutico. Devido ao tratado de reciprocidade entre as forças, O SISAU conta, também, com o apoio da estrutura de saúde do Exército e da Marinha (ALMEIDA, 2017).

Nas Operações Conjuntas, por meio da aplicação de uma doutrina comum, as capacidades relativas à Medicina Operativa do Exército, Marinha e Aeronáutica são integradas, de forma que prestem apoio à operação como um todo sob um comando centralizado, quando possível (BRASIL, 2017).

2.5 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM SITUAÇÕES DE DESASTRE

Em se tratando da atuação dos profissionais de saúde das Forças Armadas Brasileiras, destaca-se a participação no apoio ao Haiti após o terremoto ocorrido em 2010, o qual colocou estes militares frente a um cenário peculiar de destruição e morte. No período anterior ao terremoto, o trabalho militar brasileiro no Haiti envolvia somente ações de segurança e estabilização do país. Após o terremoto, o efetivo de militares precisou ser incrementado para intensificar a atuação nas áreas social e de saúde. O trabalho militar nas ações de saúde

também foi destaque em desastres não oriundos das forças da natureza, como a participação no incêndio da Boate Kiss, em Santa Maria (Fig. 1), onde a tragédia vitimou mais de 200 jovens (KEGLER; MACEDO, 2016).

Figura 1 - Participação de Militares brasileiros no incêndio à boate Kiss, em Santa Maria - RS

Fonte: Ministério da Defesa, 2013.

Delgado (2018) discorre sobre a participação do Exército Brasileiro nas situações em que a sociedade necessite de assistência.

> A existência do Exército Brasileiro permite que os Estados tenham um corpo altamente treinado e preparado para atuar em qualquer momento em que a sociedade da qual seus membros fazem parte, precisa de assistência em situações de emergências ambientais, tendo a certeza de que, como antes, no presente ou no futuro, a missão confiada a um soldado será cumprida dentro dos mais elevados padrões que permitem a dignidade humana e a dedicação altruísta, proporcionando as energias e esforços mais dispendiosos para o bem-estar da sociedade e o desenvolvimento do Estado (DELGADO, 2018, pag. 90).

Pode-se destacar também a participação das Forças Armadas na Operação Enchente em 2010, onde 95 cidades foram atingidas; Operação Serrana em 2011; Operação Serrana II em 2012; Operação Acre em 2012; Operação Matrixã em 2012; Operação Espírito Santo em 2013 e 2014 e Operação Mão Amiga em 2014 (SOBRINHO, 2014).

Segundo Bandeira et al. (2011 apud ROSA 2016), na atuação das Forças Armadas na resposta às chuvas na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, os militares brasileiros executaram tarefas logísticas, como: distribuição de donativos, evacuação de feridos,

tratamento e distribuição de água, desobstrução de vias e abastecimento de combustível. O Quadro de Engenheiros Militares do Exército Brasileiro atuou no mapeamento da área atingida, utilizando-se de um Veículo Aéreo Não Tripulado - VANT, com a finalidade de facilitar o acesso às áreas que ainda estavam isoladas e contribuir para o resgate das vítimas.

De acordo com Pellini (2011) os hospitais de campanha das Forças Armadas Brasileiras (Fig. 2) têm sido uma importante solução no atendimento a vítimas de desastres no Brasil, especialmente na temporada de chuvas, devido às enchentes e aos desmoronamentos, como o trágico episódio da Região Serrana do Rio de Janeiro.

Figura 2 - Hospital de Campanha instalado em Rio Formoso - PE

Fonte: Ministério da Defesa, 2017.

Segundo Araújo (2013), as Forças Armadas brasileiras empregam mecanismos para superar dificuldades que se apresentam à coordenação de seus esforços na atuação em catástrofes. São eles: rede interagências de resposta ao desastre natural, planejamentos antecipados e conjuntos, conhecimento mútuo dos atores, processo decisório e logístico rápido, decisivo e coletivo, treinamentos conjuntos, relacionamentos preexistentes, solidariedade, confiança institucionalizada, liderança e competência interpessoal, amenização dos rodízios (substituições), utilização da tecnologia da Informação e comunicações e hierarquia das organizações.

2.6 EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NAS AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL

De acordo com Rosa (2016), as Forças Armadas do Brasil podem ser empregadas em casos de apoio à Defesa Civil nacional e de Ajuda Humanitária ou Operações de Paz no exterior (Fig. 3). O apoio militar a ser empregado é definido pela intensidade ou danos causados pela catástrofe, que pode comprometer parcialmente (situação de emergência) ou substancialmente (estado de calamidade pública) a capacidade de resposta de determinado país (desastre no exterior) ou município, estado ou região (desastre nacional).

Figura 3 - Militares brasileiros ajudam a garantir a segurança e o bem-estar da população haitiana

Fonte: Ministério da Defesa, 2019.

Segundo Franco (1997), os fundamentos empregados nas ações de apoio do Exército à Defesa Civil são baseados naqueles empregados em operações convencionais da Força Terrestre. São os de aplicação prática nos assessoramentos, nos planejamentos e na execução de operações de suporte àquela atividade. São eles:

- Flexibilidade - os planejamentos devem atender às eventualidades que possam ocorrer, além de serem passíveis de mudanças rápidas e adaptações no emprego de homens e meios. Sempre que necessário, as condutas operacionais devem ser executadas no

prosseguimento das operações de Defesa Civil em face à evolução dos desastre e eventualidades que possam comprometer a execução perfeita do planejamento.

- Simplicidade - A simplicidade contribui para o êxito nas operações. As ordens devem ser claras, precisas e concisas; e os planos, simples e diretos.
- Coesão - A coesão deve ser entendida como a busca pelas melhores condições de emprego das Forças Terrestres, o que inclui a perfeita harmonia entre as entre as Forças Armadas, órgãos do setor público e empresas privadas. As reuniões com integrantes da sociedade envolvidos com a Defesa Civil são imprescindíveis para o estabelecimento da cadeia de comando e das Normas Gerais de Ação durante as ações de Defesa Civil.
- Objetivo - Os objetivos devem ser claramente definidos, decisivos e atingíveis no contexto da redução de desastres.
- Unidade de Comando - O emprego descentralizado de homens e meios exige a aplicação deste princípio. A Unidade de Comando possibilita o emprego de meios humanos e materiais sob um único comando preestabelecido, aceito e reconhecido.
- Segurança - Devem ser tomadas todas as medidas possíveis para se evitar imprevistos que possam ocorrer. As ações de primeiros socorros, isolamento das áreas de risco, resgate e operações devem ser realizadas com segurança e por profissionais peritos.
- Bom Senso - Muitas iniciativas decorrentes de condutas deverão ser levadas em consideração em detrimento de aspectos legais, culturais e religiosos. O mais importante na situação de desastres é salvar vidas e preservar o patrimônio e, para isso, surge o bom senso como um importante elemento diante da tomada de decisões.
- Atuação em Todas as Direções - Devem ser realizados estudos de situação para se reconhecer áreas críticas e de risco antes da ocorrência dos desastres. Assim, ter-se-á conhecimento a respeito de possíveis danos que possam ocorrer, dando subsídios para o planejamento e emprego de todos os meios disponíveis em todos locais onde as vítimas possam ser assistidas.
- Integração e Coordenação dos Planos de Defesa Civil - Esse tipo de integração torna-se necessário na medida em que todos os envolvidos na ação de resgate, seja do setor público ou privado, não estão habituados ao trabalho desta natureza em equipe. Por isso, é importante que exista uma atuação de comando e liderança que permita uma perfeita integração dos planos existentes em todos os níveis.

- Esclarecer a Situação - Devido a possibilidade constante de mudanças num quadro de ocorrências de resgate, é importante que a situação seja sempre esclarecida e atualizada. O escalão superior deve ser informado continuamente sobre a evolução da situação, por qualquer tipo de meio de comunicação, permitindo à Defesa Civil agir rapidamente a novas situações.
- Controlar os Acidentes Capitais - A ocupação dos acidentes capitais que são de interesse para uma devida operação deve ser prevista, tais como: pontos de controle de trânsito; pontos dominantes na área, que se constituem em postos de coleta ou em postos de observação; áreas de abrigos e de estacionamento; áreas que se constituem em SPE (subestações de energia elétrica, estações de tratamento de água, terminais rodoviários e ferroviários) e áreas sujeitas a pilhagens; dentre outras.
- Conservar a Iniciativa - Respostas imediatas e objetivas para que não haja solução de continuidade no apoio prestado, mesmo diante de imprevistos de toda a ordem, requerem a seleção de militares mais aptos para o desempenho de funções de chefia de equipes de apoio à Defesa Civil.
- Conhecer a Intenção do Comandante - Devido a sua ação descentralizada e a possibilidade de rompimento de contato com o Comandante, os chefes imediatos devem conhecer a intenção do Comandante explicitada em sua ordem de operações. O prosseguimento da missão deve ser seguido mesmo em caso de perda de contato.
- Amplitude - Todos os meios humanos e materiais disponíveis para atender às diversas situações de desastres devem ser enquadrados.
- Capacidade de Mobilização - O sucesso de determinada operação dependerá da qualidade e da rapidez da mobilização dos recursos humanos e materiais. Na fase preventiva devem ser realizados treinamentos de mobilização para minimizar o retardo no atendimento às vítimas.

Segundo Rosa (2016), a atuação das Forças Armadas na fase de resposta pode ocorrer em cooperação direta com os governos estaduais e municipais, em resposta a solicitação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres ou, ainda, em resposta a desastres no exterior.

Há a cooperação direta com os governos estaduais e municiais quando ocorrer desastre em que haja risco de vida iminente ou risco de grande prejuízo material. Os órgãos de Defesa Civil dos municípios afetados podem solicitar “socorro emergencial” para a organização militar mais próxima. Neste caso, a capacidade de resposta e coordenação do governo deve

estar comprometida pela ocorrência repentina do desastre. As Forças Armadas cooperarão com os meios de pessoal e materiais solicitados, conforme protocolos preestabelecidos. O Ministério da Defesa deverá ser informado da cooperação inicial na primeira oportunidade. As ações de resposta executadas nesta fase deverão ser transferidas gradativamente aos órgãos de defesa civil (BRASIL, 2015).

O apoio de pessoal e material será de acordo com a disponibilidade, devendo ser realizado conforme planejamento prévio. A partir da avaliação da dimensão do desastre, o Ministério da Defesa avaliará a melhor estrutura a ser adotada, as Forças Armadas envolvidas, a duração do apoio e suas necessidades de informações para acompanhamento (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 2014, apud ROSA, 2016).

Para que as Forças Armadas possam ser empregadas em casos de reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública, é necessária autorização e decretação por parte do Presidente da República. A partir de então, as Forças Armadas ativarão um comando singular ou conjunto entre as forças (exército, marinha e aeronáutica). O Comando da Operação selecionado coordenará as ações com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, órgãos governamentais estaduais e municipais, órgãos civis e profissionais atuantes na área da catástrofe. Os meios empregados, apoios necessários, ações desenvolvidas, resultados alcançados e ensinamentos colhidos deverão ser informados ao Centro de operações Conjuntas (BRASIL, 2015).

Em caso de desastres em uma nação amiga, o país solicitará o apoio internacional para a complementação das capacidades já existentes, quando estas não forem suficientes. A solicitação de apoio chegará ao Ministério da Defesa por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Aquele avaliará a possibilidade de fornecimento do apoio, consultando as Forças para determinar se as capacidades solicitadas estão disponíveis. Em caso de disponibilidade, o apoio será autorizado, o qual pode ser singular (uma só força) ou conjunto (duas ou mais forças). A Força de Ajuda Humanitária para emprego em apoio a desastres internacionais será organizada de forma a atender às capacidades requeridas pela nação amiga. Pode ser necessário o envio de um Destacamento de Resposta Inicial, responsável pela avaliação inicial do desastre, nos casos em que a nação amiga não tenha tal capacidade. A avaliação inicial servirá de base para a estruturação da Força de Ajuda Humanitária (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 2014, apud ROSA, 2016).

3 CONCLUSÃO

A urbanização desenfreada e não planejada, mudanças climáticas intensas e a ação do homem sobre a natureza, têm provocado, com maior frequência, mortes e prejuízos de grandes dimensões, o que gera, por sua vez, uma necessidade de os Estados proverem condições que garantam uma estrutura para o seu enfrentamento.

As Forças Armadas, em sua missão subsidiária de apoio a ações interinstitucionais, apoiam com grande frequência atividades que fogem do controle dos órgãos de Defesa Civil, prestando desde o apoio nas áreas de Engenharia até o atendimento de saúde, por meio do Serviço de Saúde de cada força.

O Serviço de Saúde das Forças Armadas possuem uma grande estrutura organizada por todo o Brasil, composta por corpo temporário e permanente, estes formados na Escola de Saúde do Exército.

Toda ação das Forças Armadas no apoio à Defesa Civil é definida e coordenada através de protocolos e leis que garantem o apoio dos serviços das Forças Armadas através de um comando baseado nas normas que regem a Instituição, o que faz com as ações tenham flexibilidade, simplicidade, coesão, objetivos, unidade de comando, segurança, bom-senso, atuação em todas as direções, amplitude, entre outras características inerentes ao militarismo.

Existe pouca discussão na comunidade científica sobre as experiências, dificuldades encontradas e lições aprendidas com a participação das Forças Armadas nos desastres naturais e atividades de apoio à Defesa Civil. Contudo, é notório a necessidade de mais investimento na área de apoio à Defesa Civil, com mais capacitações, cursos e pesquisas sobre o tema. As Forças Armadas têm o apoio e a confiança da população, sendo assim, deve estar sempre preparada para assegurar não só a defesa e soberania nacional, mas também a segurança do seu povo frente a ameaças por fenômenos naturais ou provocados pelo homem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Carlos da Silva. **Assistência médico-hospitalar nas forças armadas**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XX, n. 159, mar 2017. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18642&revista_caderno=20. Acesso em: 10 maio 2019.

ARAÚJO, Alexandre dos Passos de. **A coordenação dos esforços colaborativos das Forças Armadas com outras organizações nos casos de desastre natural**, Rio de Janeiro, 2013. 264p. Dissertação de Mestrado - ECEME. Disponível em: http://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao_cientifica/teses/alexandre-dos-passos-de-araujo.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico**, 2019a. Disponível em: http://www.dsau.eb.mil.br/index.php/historico Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instruções para emprego das Forças Armadas em apoio à Defesa Civil.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: http:// https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md33_I_01_inst_emp_ffaa_apoio_defesa_civil_1_ed_2015.pdf. Acesso em 11 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual Apoio de Saúde em Operações Conjuntas - MD42-M-04**. Brasília, DF, 2017. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica_mobilizacao/md42_m_04_apoio_de_saude_op_cj_1_ed_2017.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Serviço de saúde**, 2019b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/saude1 Acesso em: 13 maio de 2019

Confederação Nacional de Municípios. **Proteção e Defesa Civil em âmbito local: conceitos e competências,** 2015. Disponível em https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca-_antiga/prote%C3%A43o%20e20Defesa%20Civil20%emC3%A2mbito%20local%20(2015).pdf. Acesso em: 04 jun. 2019.

FRANCO, Carlos Elcio Silveira. **O apoio do Exército na Defesa Civil**. Rio de Janeiro, 1997. 45p. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - ECEME. Disponível em: http://redebie.decex.eb.mil.br:8080/pergamumweb/vinculos/000048/00004824.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

KEGLER, Paula; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. **Catástrofes e atuação militar: a subjetividade e a realidade traumática**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: http:// https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/32954/23428. Acesso em: 11 maio 2019.

LOPES, Raphael Correia. **O Emprego da Marinha do Brasil em Operações de Resposta a Desastres**. Rio de Janeiro, 2016. 97p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27849/27849.PDF. Acesso em: 12 maio 2019.

PELLINI, Érika. Os bastidores do Hospital de Campanha do Exército Brasileiro. **Revista Gestão e Tecnologia Hospitalar nº6.** 2011. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/imprensa/resenha//journal_content/56/18107/672882;jsessionid=E1DABF79AA3D305561ACE772E4FE1F98.lr2?refererPlid=18115. Acesso em 27 jul. 2019.

ROSA, Paulo Ricardo Sousa da. **Procedimento para planejamento do emprego da Forças Armadas brasileiras em apoio a logística humanitária na gestão de desastres.** Rio de Janeiro, 2016.178p. Dissertação de Mestrado - Instituto Militar de Engenharia. Disponível em:http://transportes.ime.eb.br/DISSERTA%C3%87%C3%95ES/2016%20PAULO%20RICARDO%20SOUSA%20DA%20ROSA.pdf. Acesso em 02 jun. 2019.

SOBRINHO, W.M.C. **A Coordenação do EMCFA na participação das Forças Armadas no apoio à Defesa Civil**. 2014. Disponível em http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/228/6/6-O-EmpFADefCiv.pdf. Acesso em: 13 maio de 2019.